



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Deputada LILIAN MARTINS

PROJETO DE LEI Nº 44 de 10 de agosto de 2010

LIDO COM O PROJETO Nº 44

10/8/2010

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova – ASMON, com sede e foro na cidade de Teresina - PI

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a **Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova – ASMON**, com sede e foro na cidade de Teresina – PI.

Parágrafo único – A “ASMON”, objeto do art. 1º é uma entidade civil, representativa, sem fins lucrativos, fundada em 23 de abril de 1988, com sede no bairro Morada Nova, zona sul de Teresina.

Art. 2º À entidade de que trata esta lei ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação em vigor.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 09 de agosto de 2010.


Lilian Martins
Deputada Estadual - PSB
3133 - 3127

Av. Mal. Castelo Branco, s/nº. – Cabral – Teresina – PI cep. 64000-810

Fone: (86) 3133-3127
AAA

NAILA BUCAR

2º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - 3ª CIRCUNSCRIÇÃO
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular - Teresina / PI

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo e buscando neste Serviço Registral de Pessoas Jurídicas da 3ª Circunscrição, Livro A-14, sob o número de ordem 1.278, datado de 06.05.2010, nele verifiquei constar o registro da Reforma e Consolidação do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA - ASMON, apresentada por Maria de Fátima Sousa. O referido é verdade e dou fé.

Teresina (PI), 06 de maio de 2010.

OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Ronaldo Bucar Lopes de Sousa

Substituto

Ronaldo Bucar Lopes de Sousa

Substituto

NAILA BUCAR
2º Tabelionato de Notas e Registro
de Imóveis - 3ª Circunscrição
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa
Titular
Teresina - Piauí



INEDITORIAIS

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

ART. 1º - A Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova-ASMON, fundada em 25 de abril de 1982, com sede e endereço ao bairro Morada Nova, município de Teresina, Estado do Piauí, é uma entidade civil representativa, sem fins lucrativos, tendo como objetivo de prestar os serviços, interesses e reivindicações dos moradores " deste bairro".

ART. 2º - Para desenvolver em seus trabalhos, ASMON poderá ser reconhecida entidade de utilidade pública, e assim assinar convênios e acordos com os poderes públicos bem como receber ajudas e doações de entidades nacionais e internacionais mantida a sua autonomia.

ART. 3º - DOS SÓCIOS

A ASMON é composta de sócios contribuintes que são os moradores do bairro devidamente inscritos na ASMON.

ART. 4º - Constituem direitos e deveres dos sócios:

Contribuir bimestralmente com 1% do salário mínimo

ART. 5º - São órgãos de decisão e consulta da ASMON: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

DA ASSEMBLÉIA GERAL:

ART. 6º - A Assembleia Geral, órgão soberano da ASMON, é composta em pleno gozo de seus direitos e quites com suas mensalidades.

ART. 7º - A Assembleia Geral se reunirá em caráter ordinário, no domingo subsequente ao dia 10 de março para apreciação do relatório da Diretoria Executiva, inclusive o balanço geral.

DA DIRETORIA:

ART. 8º - A Diretoria compõe-se:

- I - Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - 1º Secretário
- IV - 2º Secretário
- V - 1º Diretor de finanças
- VI - 2º Diretor de finanças
- VII - Diretor de promoções culturais
- VIII - Diretor de Imprensa e Divulgação
- IX - Diretor de Desportos e Lazer
- X - Diretor de Urbanização
- XI - Diretor de Ação Comunitária

DO CONSELHO FISCAL:

ART. 9º - O Conselho fiscal é composto de 4 membros da associação e 3 suplentes escolhidos pela assembleia geral convocada especialmente para esse fim ou na data de aprovação deste estatuto.

DAS ELEIÇÕES:

ART. 10º - Os membros da Diretoria terão mandato de dois anos podendo toda Diretoria ser reeleita para mais um período de igual duração.

ART. 11º - Os membros da Diretoria executiva serão reeleitos por voto direto e secreto, em eleição realizada no mês de março convocada com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência.

ART. 12º - Os casos omissos a este estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, quando não envolverem assuntos relevantes devendo nesta hipótese serem decididos em Assembleia Geral que deverá ser convocada para esse fim.

ART. 13º - O presente estatuto entrará em vigor imediatamente após sua publicação no diário oficial.

Teresina, (PI) 29 de maio de 1992.

MARIA JOSE ALVARES LIMA L. SOUSA
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO
MORADA NOVA

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>23.649.064/0001-13</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>19/06/1989</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>ASSOCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>*****</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>87.11-5-02 - Instituições de longa permanência para idosos</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>R QUINZE DE NOVEMBRO</div>	<div>NÚMERO</div> <div>SN</div>	<div>COMPLEMENTO</div>
<div>CEP</div> <div>64.022-350</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>MORADA NOVA</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>TERESINA</div>
		<div>UF</div> <div>PI</div>
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.


Emitido no dia 14/09/2009 às 15:22:49 (data e hora de Brasília).

Voltar

Preparar Página
para impressão

RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

NUMER. INSTRUÇÃO ROMANICA DO SRF: 12473

	MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22645064/0001-13	
	VÁLIDO ATÉ 20/06/93		ATIVIDADE PRINCIPAL 61.11	
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIAÇÃO			CPF DO RESPONSÁVEL 183201973-46	
ÓRGÃO DA RF 32-02 (3330100) - TERESINA				
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA				
NOME DE FANTASIA				
LOGRADOURO RUA QUINZE DE NOVENBRO			NÚMERO SA	COMPLEMENTO
CEP 64.71	BAIRRO/DISTRITO MORADA NOVA	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

CÓDIGO DE ACESSO
42.72.81.78.36 - 23.649.064.000.113

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) ASSOCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA - ASMON	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 23.649.064/0001-13
---	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ - 10/07/2009
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

<input checked="" type="checkbox"/> FCPJ	<input checked="" type="checkbox"/> QSA
--	---

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

<input checked="" type="checkbox"/> Responsável	<input type="checkbox"/> Preposto
NOME MARIA DE FATIMA SOUSA	CPF 217.749.193-20
LOCAL E DATA Teresina, 15 de Setembro 2009	ASSINATURA (com firma reconhecida) Maria de Fatima Sousa

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/PJ Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 - email:nbysabucar@nailabucar.com.br
Belª Lydia Bucar Lopes de Sousa - Titular

RECONHEÇO por semelhança a firma de: MARIA DE FATIMA SOUSA.
Teresina (PI), 15 de setembro de 2009. (KFP)
EM TEST. slr DA VERDADE.
RONALDO BUCAR LOPES DE SOUSA - SUBSTITUTO

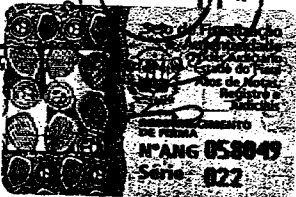
Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 632, de 17 de março de 2007.

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Em 15/09/09
Camille M. S. G. Neponiuceno
ATRFB Mat. 87539
Port. Deleg. Comp. Nº 25/2007
Publicada no DOU de 1-05-2007

Maria Elvira Cardoso Sousa
Escrevente Auxiliar



Ata da Assembleia Geral da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova. Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e nove, às nove horas e vinte minutos na sua sede social da Associação dos Moradores do conjunto Morada Nova, localizada na Av. 15 de Novembro S/N, no bairro Morada Nova nesta cidade, zona sul. Foram convocados em primeira e segunda chamada todos os moradores residentes e domiciliados no citado conjunto por meios de som e ofícios anexados na sede social da mesma, para se fazerem presentes na Associação para uma Assembleia Geral, onde na ocasião iremos tratar de assuntos referentes às necessidades do nosso conjunto e ao mesmo tempo para a aprovação das emendas do novo Estatuto da mesma e da continuidade daremos início às atividades culturais do nosso conjunto com a Primeira Maratona da Independência da Associação dos Moradores do conjunto Morada Nova e depois teremos uma pequena comemoração aos vencedores e convidados sem mais para o momento eu, Wanderson Ferreira Soares, 1º Secretário da atual diretoria da Associação dos Moradores do conjunto Morada Nova, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Teresina (PI), 07 de Setembro de 2009. Associação dos Moradores do conjunto Morada Nova Av. 15 de Novembro S/N Bairro: Morada Nova CEP.: 64.023-200 CNPJ nº: 23.649.064/0001-13 Teresina – Piauí. **ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA** Estatuto social da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova, adaptado ao novo código civil brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. O Estatuto da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova - ASMON, devidamente registrado no Cartório Naila Bucar — 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas — 3ª Circunscrição e anotado no livro A-02, sob o número de ordem 034, datado de 17.08.1992, passa a vigorar com as seguintes modificações que foram aprovadas por unanimidade em Assembleia Geral da nova diretoria que tomou posse em 30.05.2009. **Título 1 DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE SOCIAL, OBJETIVOS, ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES Capítulo 1 DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE SOCIAL E OBJETIVOS Art. 1º** - A Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova — ASMON, com personalidade jurídica de direito privado, fundada no dia 23 de abril de 1988, com sede e endereço na Rua 15 de novembro s/n.º, bairro Lourival Parente, zona sul de Teresina, Estado do Piauí, é uma entidade civil representativa, sem fins lucrativos, apartidária, com tempo de duração indeterminado, tendo como objetivo, defender os direitos, interesses e reivindicações dos moradores do bairro Morada Nova, rege-se por este estatuto, observando a legislação em vigor. **Art. 2º** - São finalidades da Associação: I — Reinvidicar junto aos poderes constituídos, melhoria dos serviços de saúde, educação, segurança, água, luz, saneamento básico e criação de áreas de lazer. II — Viabilizar convênios com outras instituições ou fora, buscar programas e projetos para ampliar a renda familiar dos integrantes da comunidade. III — Defender a cidadania e os legítimos interesses dos moradores do conjunto Morada Nova, sem discriminação de raça, cor, sexo, crença religiosa, concepção filosófica, estudo, capacidade civil, opção sexual, cor, deficiência física ou credo político. IV — Promover atividades artísticas, culturais científicas e desportivas. V — Apoiar e incentivar a defesa da criança e do adolescente. **Art. 3º** - Para desenvolver os seus trabalhos, a Associação poderá ser reconhecida entidade de utilidade pública, e assim assinar convênio e acordos com os poderes públicos, bem como receber ajudas e doação de entidades nacionais e internacionais, mantendo sua autonomia. **Capítulo II - DA ADMISSÃO E DESFILIAÇÃO DOS ASSOCIADOS Art. 4º** - A Associação, contará com um número ilimitado de associados, contribuinte ou não, morador ou moradora residente e domiciliada na referida localidade, podendo filiar-se somente maiores de 16 (dezesseis) anos de idade. **§ 1º** - A qualidade de associado é um ato pessoal, *intuito personae*, individual e intransmissível, conforme dispõe este estatuto. **§ 2º** - A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

a) Apresentar a cédula de identidade, e no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou responsáveis; b) ~~Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade~~ fora dela, os princípios nele definidos; c) Ter idoneidade moral e reputação ilibada; d) Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas. Art. 5º - A desfiliação do associado da associação acontecerá da seguinte forma: I — Em caso de morte do associado. II — Se houver mudança do associado para uma outra comunidade. III — Se o associado estiver envolvido em atos que denigram a imagem da associação. IV — Se o associado desrespeitar as normas estabelecidas neste estatuto. V — A pedido do próprio associado. **Capítulo II DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS** Art. 6º São direitos dos associados: I — Participar de todas as atividades da associação. II — Ter livre acesso a informação sobre qualquer aspecto da organização da entidade. III — Manifestar e defender internamente suas opiniões, inclusive divergências quanto às posições da entidade e encaminhar as propostas, reclamações, recursos e críticas em relação a atos de comportamento de quaisquer órgãos ou filiados que lhe pareçam contrários a ética, a moral e ao estatuto. IV — Receber assistência na defesa de sua cidadania e de seus legítimos interesses individuais e coletivos. V — O(s) associado(s) que descumprir(em) os deveres previstos no estatuto; bem como desobedecer(em) as deliberações da entidade serão excluído(s), sendo-lhe(s) assegurado a ampla defesa. Art. 7º - São deveres dos associados: I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto; II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral; III. Zelar pelo bom nome da Associação; IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação; V. Comparecer por ocasião das eleições; VI. Votar por ocasião das eleições; VII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências. **Parágrafo único** - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas. **Título — II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Capítulo — II DOS ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS DA ASSOCIAÇÃO** Art. 8º - As diferentes instâncias de deliberação e consulta da associação se estruturam nos seguintes órgãos: I — Assembléia Geral; II — Diretoria Executiva e III — Conselho Fiscal. **Capítulo — II Da Assembléia Geral** Art. 9º - A Assembléia Geral é a instância suprema de deliberação da associação, cujas decisões só podem ser revogadas, no todo ou em parte, por outra assembléia geral dos moradores associados ou não, convocada para este fim. **Parágrafo único**: A Assembléia Geral da associação será composta por todos os moradores associados ou não a esta entidade. Art. 10 — Compete a Assembléia Geral: I — Deliberar sobre as diretrizes de atuação da associação em toda base territorial da comunidade; II — Referendar ou não as atividades da associação e os trabalhos da diretoria executiva; III — Reformar quando necessário o estatuto da associação; IV — Apreciar e julgar as prestações de conta da diretoria executiva, observando o parecer do conselho fiscal; V — Fixar normas e aprovar resoluções; VI — Recusar ou acatar recursos e julgá-los. Art. 11 — A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no último mês de cada semestre e extraordinariamente quando convocada pela diretoria executiva ou por um quinto dos seus associados ou não para tratar de assuntos específicos e de interesses comunitários. Art. 12 — A Assembléia Geral será convocada por edital afixado em lugares públicos de fácil observação pelos moradores, como pelo menos 10 (dez) dias de antecedência. § 1º - A Assembléia Geral será aberta em primeira convocação no horário e local previsto pelo edital com presença de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos sócios ou não da associação, e em segunda convocação, quinze minutos depois, com qualquer *quórum*. § 2º - As decisões serão sempre tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes. **Capítulo — III Da Diretoria Executiva** Art. 13 — A Diretoria Executiva é órgão de execução e implementação da política geral da associação, bem como de administração da referida entidade. Art. 14 - A Diretoria Executiva compõe-se de: a) — Presidente b) - Vice-Presidente c) - Primeiro Secretário d) - Segundo Secretário e) - Primeiro Tesoureiro f) - Segundo Tesoureiro g) - Primeiro Diretor de Promoções Culturais h) - Segundo Diretor de Promoções Culturais i) - Primeiro Diretor de Imprensa e Divulgação j) - Segundo

Diretor de Imprensa e Divulgação l)- Primeiro Diretor de Esporte e Lazer m)- Segundo Diretor de Esporte e Lazer n)-Primeiro Diretor de Urbanização o)- Segundo Diretor de Urbanização Conselho Fiscal: p)- Primeiro Fiscal q)- Segundo Fiscal r)- Terceiro Fiscal s)- Quarto Fiscal

Parágrafo único: Se necessário a Diretoria Executiva poderá criar cargos de departamentos para assessorar a diretoria executiva da associação, como forma de dinamizar e melhorar os trabalhos da entidade.

Art. 15 - A Diretoria Executiva da associação se reunirá ordinariamente quando convocada pelo presidente ou por dois terços de seus membros através de edital, aviso verbal ou ofício circular.

Parágrafo único: As deliberações serão aprovadas em primeira convocação com presença de 50% + 1 (*cinquenta por cento mais um*) dos seus membros ou quinze minutos depois em segunda convocação com a presença de um terço dos membros e sempre pela maioria simples dos votos.

Art. 16 — Compete a Diretoria Executiva: I — Encaminhar as “lutas” da comunidade. II — Elaborar e implementar o plano de trabalho e orçamento para o exercício anual. III — Executar as diretrizes aprovadas e demais deliberações da Assembléia Geral. IV — Afastar diretores, membros da Diretoria Executiva, indicados em processo disciplinar. V — Convocar a Assembléia Geral. VI — Constituir departamento, assessoria ou comissões que se façam necessário. VII — Estabelecer as normas para a associação e dar parecer à admissão de novos associados. VIII — Deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunidade, não prevista neste estatuto. IX — Aprovar nomes indicados para ocupar cargos nos departamentos, assessorias ou comissões.

Art. 17 — Compete ao Presidente: I — Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto. II — Exercer com os demais membros da diretoria executiva, a direção superior de execução, implementação da política geral e administração da associação. III — Decidir “*ad referendum*” da diretoria executiva, sobre matéria urgente de interesse dos moradores do Conjunto Morada Nova. IV — Indicar para aprovação da diretoria executiva, nomes para ocupar cargos de diretor de departamento, membros de assessoria e comissões quando necessário. V — Representar a associação dentro ou fora dela. VI — Baixar portarias com força de resolução para posterior aprovação da diretoria executiva da associação. VII — Convocar e presidir reuniões da diretoria executiva e assembléia geral. VIII — Celebrar convênios, comodatos e acordos com instituições públicas, privadas, filantrópicas e entidades afins. IX — Assinar cheques e documentos da área financeira com o tesoureiro e assinar correspondências e demais documentos em conjunto com o primeiro secretário. X — Autorizar despesas e pagamentos.

Art. 18 - Compete ao Vice - Presidente: I — Auxiliar o presidente e representá-lo em suas ausências e impedimentos. II — Acompanhar o andamento de assessorias e comissões.

Art. 19 - Compete ao Primeiro-Secretário: I — Fazer a verificação do *quórum* na reunião da diretoria executiva e assembléia geral. II — Redigir, administrar e guardar os livros sociais, correspondências e demais documentos. III — Representar a entidade nas ausências e impedimentos do presidente e do vice-presidente.

Art. 20 - Compete ao Segundo-Secretário: I — Auxiliar o primeiro-secretário e representá-lo em sua ausência e impedimentos. II — Substituir o primeiro-secretário nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento.

Art. 21 — Compete ao primeiro-tesoureiro: I — Elaborar e coordenar o orçamento anual, plano de finanças e de projetos de captação de recursos que viabilize os objetivos da associação. II — Cuidar dos serviços de caixa, tesouraria e contabilidade com apresentação de balancete mensal para o presidente e trimestral à diretoria executiva. III — Abrir, manter e movimentar contas bancárias em nome da associação em conjunto com o presidente. IV — Assinar com o presidente, cheques, recibos e documentos relativos ao recebimento e pagamento.

Art. 22 — Compete ao segundo-tesoureiro: I — Auxiliar o primeiro-tesoureiro e representá-lo na sua ausência e impedimentos. II — Substituir o primeiro-tesoureiro nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento.

Art. 23 — Compete ao primeiro-diretor de promoções culturais: I — Propor, planejar, organizar e executar, com a colaboração dos demais órgãos da associação, a realização de encontros, seminários, palestras e outros eventos culturais. II — Promover estudos e debates sobre os problemas da

comunidade em geral. Art. 24 — Compete ao segundo-diretor de promoções culturais: I — Auxiliar o primeiro-diretor de promoções culturais e representá-lo na sua ausência e impedimentos. II — Substituí-lo nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento. Art. 25 — Compete ao primeiro-diretor de imprensa e divulgação: I — Promover a circulação de jornais, boletins, planfetos e outras publicações em geral. II — Planejar e executar todo e qualquer material de propaganda e divulgação com aprovação da diretoria executiva. III — Estabelecer contatos com entidades sociais, religiosas, sindicais, políticas e culturais em busca de apoio as causas da associação. Art. 26 — Compete ao segundo-diretor de imprensa e divulgação: I — Auxiliar o primeiro-diretor de imprensa e divulgação e representá-lo na sua ausência e impedimentos. II — Substituí-lo nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento. Art. 27 — Compete ao primeiro-diretor de esporte e lazer: I — Promover competições esportivas, festas e comemorações. II — Incorporar e direcionar, junto com a diretoria executiva, bem, como o clube da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova, no futebol amador. Art. 28 — Compete ao segundo-diretor de esporte e lazer: I — Auxiliar o primeiro-diretor de esporte e lazer e representá-lo na sua ausência e impedimentos. II — Substituí-lo nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento. Art. 29 — Compete ao primeiro-diretor de urbanização: I — Estabelecer contato com os poderes públicos municipais, estaduais e federais, em busca de soluções para os problemas relacionados com o bem estar social da comunidade em geral. Art. 30 — Compete ao segundo-diretor de urbanização: I — Auxiliar o primeiro-diretor de urbanização e representá-lo na sua ausência e impedimentos. II — Substituí-lo nos casos de: a) Suspensão b) Expulsão c) Falecimento d) Afastamento.

Capítulo — IV Do Conselho Fiscal Art. 31 — O Conselho Fiscal da associação é o órgão responsável pela fiscalização da aplicabilidade financeira da entidade. Art. 32 — O Conselho Fiscal é composto de 04 (quatro) membros efetivos eleitos juntamente com a diretoria executiva da associação. Art. 33 — Compete ao Conselho Fiscal: I — Analisar permanentemente a situação financeira, contábil e patrimonial da associação, emitindo pareceres para a apreciação da diretoria executiva e da assembléia geral. II — Ter sobre seu controle a relação nominal de bens patrimoniais da associação. III — Reunir-se ordinariamente, nos meses de janeiro e novembro, extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Capítulo V DAS ELEIÇÕES Art. 34 — As eleições para a diretoria executiva da associação, serão realizadas de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, da data do término do mandato da diretoria em exercício, com posse dos eleitos imediatamente após o resultado das eleições, a ocorrer em 30 de maio do ano do pleito eleitoral. Parágrafo Primeiro: A eleição será direta, através do voto na uma ou aclamação, e realizar-se-á 30 (trinta) dias antes do término do mandato da diretoria em exercício, portanto a ocorrer sempre no início do mês de abril, em data a ser previamente divulgada pela comissão eleitoral. Parágrafo Segundo — Os membros da Diretoria executiva serão eleitos pelo voto direto e secreto, tendo direito a voto na urna o associado ou não-associado. Parágrafo Terceiro — As eleições devem ser obrigatoriamente conduzidas pela comissão eleitoral, eleita em assembléia geral e composta por 03 (três) membros eleitos em assembléia geral. Dois indicados pela associação e um representante da federação a qual a entidade seja associada, que será destituída após a apuração dos votos e empossada a nova diretoria executiva. Art. 35 — O registro de candidato será feito junto a comissão eleitoral, para tanto, cada candidato apresentará requerimento com os nomes qualificados e as respectivas chapas até 15 (quinze) dias antes das eleições. Art. 36 — O Cadastramento de sócios poderá ocorrer até 20 (vinte) dias antes das eleições e só poderão votar e ser votado os associados, que tiverem quites ou não com suas obrigações sociais junto à associação. Art. 37 — O encerramento da propaganda eleitoral será 24 (vinte e quatro) horas antes das eleições, havendo empate dos candidatos, a posse será do candidato com maior idade. Art. 38 — É permitida a reeleição de 50% da diretoria, porém caso isso ocorra os candidatos afastar-se-ão de seus cargos 30 (trinta) dias antes das eleições, após prestarem contas de seu mandato e os mesmos forem aprovados em assembléia geral.

Capítulo

VI DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE Art. 39 — O patrimônio da associação é constituído de:

I — Bens móveis e imóveis de propriedade da associação dos moradores do Conjunto Morada Nova. II — Doações. III — Bens incorporados de convênios. IV — Rendas obtidas com promoção de eventos. V — Contribuição de sócios. Parágrafo único: Os recursos para a manutenção da associação, serão oriundos de convênios firmados com outras entidades de âmbito municipal, estadual e federal. Art. 40 — As atividades dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem. Art. 41 — A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, sendo que esporádicas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade. Art. 42 — A associação, só poderá ser extinta em assembléia geral convocada especificamente para este fim, sendo que a decisão deverá ser tomada pela maioria absoluta dos seus sócios presentes. **Título — III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** Art. 43 — Os associados à associação de moradores do Conjunto Morada Nova, não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da organização associativa. Art. 44 — A Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova — ASMON, com personalidade jurídica de direito privado, será representada judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente pelo seu presidente, inclusive representando a entidade na comercialização de imóveis e será defendida pelo assessor jurídico da Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí - FAMEP ou advogado particular legalmente constituído. Art. 45 — Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos por deliberação da diretoria executiva, assegurando-se os recursos da assembléia geral. Art. 46 — O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados; ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório. Teresina (PI), 16 de março de 2010.

1. Presidente: Maria de Fátima Sousa - CPF- 217.749.193-20
2. Vice-Presidente: José Valtair de Souza - CPF- 091.215.283-49
3. 1º Secretário: Wanderson Ferreira Sales
4. 2º Secretário: Marcelo dos Milagres da Cunha Figueira
5. 1º Tesoureiro: JOSÉ ANTONIO DE SOUZA - CPF 229.588.434-91
6. 2º Tesoureiro: Guiz Eduardo da Silva FORTES CPF 097.208.123-20
7. 1º Diretor de promoções culturais: Epifânio Gomes Costa
8. 2º Diretor de promoções culturais: Roberto Alves
9. 1º Diretor de Imprensa e Divulgação: Alvaro Alves
10. 2º Diretor de Imprensa e Divulgação: João Manoel de Almeida
11. 1º Diretor de Esporte e Lazer: João Paulo de Souza
12. 2º Diretor de Esporte e Lazer: Denilson Roberto de Souza
13. 1º Diretor de Urbanização: Osvaldo Roberto de Souza
14. 2º Diretor de Urbanização: Vitorino de Souza
15. Primeiro Conselho Fiscal: Francisco de Assis Santiago Júnior
16. Segundo Conselho Fiscal: José Alves de Almeida Júnior
17. Terceiro Conselho Fiscal: Filomena Rêgo Ribeiro de Sousa
18. Quarto Conselho Fiscal: Tracy Rebelo Gomes CPF: 315.831.213-15.
19. Marcos Antônio da Silva
20. Francisco Marcos Sales
21. João Melo Veloso Miranda
22. Adriana Barros de Oliveira
23. Maria Raimunda de N. Andrade (maruay)

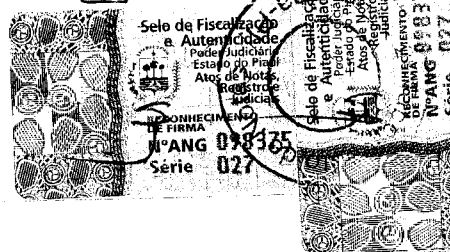
24. Tucelino Ribeiro da Silva
25. Antônio Sérgio Lima
26. Nayana Sousa Lima
27. Silene Lima Verde Cavalcanti
28. Marcela Ribeiro de Farias
29. Milva Paula e Silva Bufile
30. Mesquita Costa do Nascimento Lima
31. Vanildo Lima
32. Rosana dos Santos Silva
33. Antônio Francisco de Siqueira
34. Marcelo Euclides Lima
35. João Roberto R. da Costa Lima
36. Alves de Lima
37. Antônio Rêgo Lima
38. Galvina Larin Cavalcanti Ribeiro
39. Paulo Roberto Alencar Cavalcanti
40. Maria Felici Uzeda de Carvalho Camillo
41. Socorro de Maria Lima Verde Lopes
42. Waldineia Soares Silva Balta
43. Maria da Paixão Pereira da Rocha
44. Ezequiel Pereira da Silva Soares
45. MARIA NA PEREIRA
46. Teobaldo Inácio Marques
47. Emilina Correa Machado
48. Isabelta Alves Siqueira
49. Romildo Ribeiro de Souza
50. Sandra S. Cunha
51. Antônia Valmíria Holanda
52. Antônio José Fommarin Aguiar
53. Paulo José de Souza
54. Antônio de Almeida
55. Roberto Alves M. Marques
56. Florencia de Almeida
57. José Henrique de Almeida
58. Ezequiel da Silva
59. Emília Maria de Almeida
60. Rosália Maia
61. Marcelo Antonio Lima
62. Vanderlin de Almeida

RECONHEÇO por semelhança as firmas de: WANDERSON FERREIRA
SOARES, JOSE ADERSON DA ROCHA.

Teresina (PI), 03 de maio de 2010. (KFP)

EM TEST. soa DA VERDADE.

MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCRIVENTE



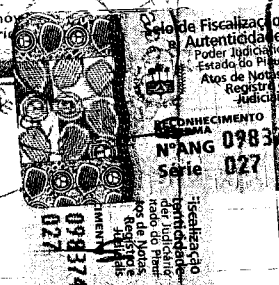
64. Lucio das Costa
65. Marlene de Sousa Santos
66. Anna Pires de Araújo
67. Regina Lúcia Cunha Machado
68. Rosa Maria Cunha Machado
69. Arthur Francisco Gomes de Souza
70. Luciana Ferreira de Brito
71. Antonia Gonçalves Figueiredo Jesus Viana
72. Luís Fernando Silveira de Araújo
73. Silvane do S. P. C. Soares
74. João Manoel Vileiro
75. Maria de Fatima Nery de Sousa
76. Antonia Mª da Silva
77. Maria Filiz de S. Ferreira
78. Josilza Fernandes
79. Jovita Costa Lima
80. Maria das Graças Caldas
81. Helinda Conrado de Brito Moura
82. Maria do Repetito Socoma Lima de Oliveira
83. Kassandra Vileiros de Moura Figueiredo
84. Emilio Wagner G. Figueiredo
85. Antônia Gonçalves Figueiredo
86. Roberto de Almeida Figueiredo
87. Claudio Vinícius Bezerra
88. Antônio Leonel Barros de Oliveira
89. Maria Inês Batista de Araújo
90. Brena Santos Silva

RECONHEÇO por semelhança as firmas de: MARIA DE FATIMA
SOUSA, JOSE VALBERTO DE SOUZA SERENO.

Teresina (PI), 03 de maio de 2010. (KFP)

EM TEST. soa DA VERDADE.

MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCRIVENTE



Registro de Pessoa Jurídica

Protocolo A-05 nº 28.75

Registro nº 1.277

ro A-14

Terresina 06/05/2010

Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa
Oficial do Registro

J : 23.649.064
OCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

----- DADOS CADASTRAIS DA MATRIZ -----

J : 23.649.064/0001-13
JURISDICAO: DRF TERESINA-PI CODIGO DA UA: 03.301.00
ERECO : R QUINZE DE NOVENBRO NUMERO: SN
RRO : MORADA NOVA CEP: 64022-350 UF: PI
ICIPIO : TERESINA

UACAO : ATIVA
DO RESPONSAVEL: 217.749.193-20 - MARIA DE FATIMA SOUSA

A DE ABERTURA DA EMPRESA : 19/06/1989
LIF. TRIB: PORTE DA EMPRESA : DE MAIS
OBRIGADA A DCTF MENSAL: NAO
UREZA JURIDICA : 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO
E FISCAL PRINC.: 8711-5/02 - Instituicoes de longa permanencia para idosos

IS : NAO E OPTANTE
S : NAO E OPTANTE

----- SOCIOS E ADMINISTRADORES -----

P: 217.749.193-20 MARIA DE FATIMA SOUSA
SIDENTE
PARTICIPACAO CAPITAL SOCIAL : 0,00% PARTICIPACAO CAPITAL VOTANTE: 0,00%

----- CERTIDAO EMITIDA -----

CONSTA

----- LIBERACAO DA EMISSAO DA CERTIDAO CONJUNTA -----

CONSTA

----- IRREGULARIDADE CADASTRAL -----

CONSTA

----- AUSENCIA DE DECLARACAO -----

PJ/PJ SIMPL. (EXERCICIO 2004 A 2008) - 2008
RF (ANO RETENCAO 2004 A 2008) - NAO CONSTA AUSENCIA
TF (PA 2004 A 2006) - NAO CONSTA AUSENCIA
TR (EXERCICIO 2004 A 2008) - NAO CONSTA AUSENCIA

(CONTINUA)

NPJ : 23.649.064
SSOCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

----- DEBITO EM COBRANCA (CONTACORPJ) -----

AO CONSTA

----- DEBITO EM COBRANCA DE IMOVEL RURAL (ITR) -----

AO CONSTA

----- PROCESSO FISCAL EM COBRANCA (PROFISC) -----

AO CONSTA

----- PROCESSO FISCAL COM EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO (PROFISC) -----

AO CONSTA

----- PROCESSO DE PARCELAMENTO EM COBRANCA (SIPADE) -----

AO CONSTA

----- EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO - PARCELAMENTO (SIPADE) -----

AO CONSTA

----- DEBITO EM COBRANCA (SIEF) -----

AO CONSTA

----- DEBITO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO (SIEF) -----

AO CONSTA

----- PROCESSO DE ARROLAMENTO DE BENS (SIEF) -----

AO CONSTA

----- PENDENCIA - PARCELAMENTO EXCEPCIONAL - (PAEX) -----

AO CONSTA

----- EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO - PARCELAMENTO EXCEPCIONAL - (PAEX) ---

AO CONSTA

(CONTINUA)

CNPJ : 23.649.064
ASSOCIACAO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

----- PENDENCIA NA PGFN -----

NAO CONSTA

----- INSCRICOES COM EXIGIBILIDADE SUSPensa NA PGFN -----

NAO CONSTA

----- FINAL DO EXTRATO -----

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

Foram realizadas neste Conjunto as seguintes atividades: 01 - Aproximação dos moradores do Conjunto com a Comissão Pró-Associação de Moradores; 02 - Aproximação dos moradores com a Comissão Pró-Associação de Moradores; 03 - Escolha da 1ª Diretoria. Os trabalhos foram abertos pela Advogada Francisca Ramos, também mutuatária do conjunto que explicou os objetivos da reunião e a seguir passou a palavra para o coordenador da Comissão Pró-Associação de Moradores, José Jeová, que passou a fazer uma explanação geral das reivindicações da comunidade e das medidas já tomadas pela comissão junto aos órgãos competentes e logo a seguir pôs em votação o primeiro ponto, que foi aprovado por unanimidade; passando então para o segundo item da pauta, o coordenador da reunião esclareceu que o Estatuto era quase padrão e perguntou aos presentes se haveria necessidade de alteração por escrito, o que foi decidido por unanimidade de não ser votado e aprovado para ser lido e discutido.

Em seguida foram discutidas as questões de ordem, sendo que a Comissão foi convocada para escolher a Diretoria, alegando, não ter os presentes, legitimidade para escolher os representantes do Conjunto. Após muita discussão foi colocado em votação a questão de ordem, que foi, rejeitada por maioria absoluta dos presentes com um resultado de 08 (oito) votos a favor e 75 (setenta e cinco) contra. Após isto, foi passada a palavra a Dra. Iêda Machado, que estava representando a COHAB-PI, que fez uma explanação geral sobre suas atividades junto ao conjunto e pediu a confiança, ou seja um voto de confiança para a Comissão que já vinha trabalhando a benefício da comunidade. Depois da palavra da Dra. Iêda, proceguiu-se os trabalhos da Assembleia, gerando-se um pequeno tumulto, com a retirada de algumas pessoas que não concordando a maioria de 75 (setenta e cinco) contra.

Em seguida, a Comissão Pró-Associação, para representar a Entidade durante 03 (três) meses na qualidade de Comissão provisória, sendo esta constituída das seguintes pessoas: José Jeová Soares Lima, Manoel Nonato S. da Silva, Verônica Maria de Araújo, Maria Mirtene Soares, Edimundo Lima Júnior, José de Sousa, Ana Cristina A. Rodrigues, Livolette Almeida Marreiros, Elizabete Pereira Lima, João Francisco de M.T. Neto e Alexandre Atítlio R. de Alencar, feito isto os trabalhos foram encerrados e eu que lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada e por todos os membros da Comissão Provisória da Associação de Moradores do Conjunto Morada Nova, Teresina, 23 de abril de 1988.

José Jeová Soares Lima, Manoel Nonato S. da Silva, Verônica Maria de Araújo, Maria Mirtene Soares, Edimundo Lima Júnior, José de Sousa, Ana Cristina A. Rodrigues, Livolette Almeida Marreiros, Elizabete Pereira Lima, João Francisco de M.T. Neto e Alexandre Atítlio R. de Alencar.

Monteiro Rufino - Geraldina Francisca Rodrigues Resquita -

Silva, ora BOKGCS LEX - SILVA CHEILHO. do MELO

meire Reizane Damaleno Paiva - Felinda Carrig

Iho de Brito Moura - Maria Raimundo Sobral - Maura

dos Santos Teixeira - Direta de Fátima P. X. Soares - Kassandra

V. de Moura Figueiredo - BILSCS - Mitchurilton Pereira da Silva

M^{te} Carolina Oliveira Castro. Foram entregues para a

comissão provisória os seguintes documentos, livro de

ata, da páginas 01 a 50, registro do CGC, estatuto,

minuta de um estatuto, Diário Oficial entre outros.

Eu secretária confiro e assino esta ata. Noêta Sara

da Silva - Vice Presidente - Jorge Presidente - Conselho de Administração

Antônio Romary do Filho Oliveira - Maria José Álvares da Silva

Ata de posse da nova Diretoria da Associação de mora

dores do conjunto Morada Nova - ASMON, eleita por escolha

de uma Assembleia geral no dia trinta de maio de dois

mil e novecentas e setenta e sete horas, no colégio Alberto Sil

va, ficando assim formada: Presidente Maria de Fátima

João, RG - 636.164 - PI / CPF - 217.749.493.20. Vice

Presidente José Valério da Silva Sereno RG - 731.820 - CE,

CPF - 091.215.283.99. Primeiro Secretário Wanderson Ferrei

ra Soares RG - 1.542.761 - PI / CPF - 760.748.033-15. Segundo

Secretário - Antônio Alves da Silva RG - 303.198 - PI. CPF - 360

020.303.34. Diretor de Finanças José Aderson da Rocha RG

1746.200 - DF. CPF - 229.588.434.93. Segundo Diretor Finan

ças - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Gabriel Galvão Costa RG - 2.303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Gabriel Galvão Costa RG - 2.303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Gabriel Galvão Costa RG - 2.303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Gabriel Galvão Costa RG - 2.303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Gabriel Galvão Costa RG - 2.303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

ral - Luís Eduardo da Silva Fortes RG - 283.507 - PI CPF

303.436 - PI / CPF - 017.116.883-63. Segundo Secretário Cultu

NAILA
Rua David Caldeira
RECONHEÇO
SOARES, JO
Teresina
EM TESTE
MARIA N

NAILA
Rua David Caldeira
RECONHEÇO
SOUSA, JOSE
Teresina
EM TESTE
MARIA N

Teresina Trinta de mais dois mil e nove. Eu Secretário contínuo e assino esta ata. Noélia Souza de Silva, jurista que o mandato da diretoria inicia em 30/05/2009 e termina em 30/03/2011, em mais nada a constar nesta ata levo que digo esta ata que vai assinada por mim, Noélia Souza de Silva, e pelos presentes. Presidente - Maria de Fátima Sousa, Vice-Presidente - ~~Valberto de Souza Sereno~~, 1º Secretário - Wanderson Ferreira Sousa - 2º Secretário - ~~Antônio~~ ~~Da Silva~~ Diretor de Finanças - José Aderson da Rocha - 2º Diretor de Finanças - ~~Luiz~~ Eduardo da Silva Diretor Cultural - Gabriel Galvão Costa, Diretor de Esporte - Jorge Luiz Bocerra da Silva, Diretor de Imprensa e Divulgação - ~~Carneiro~~ ~~Sergio~~ ~~de Silva~~ ~~Paula~~ Diretor de Urbanização - ~~Wanderlino~~ ~~Rodrigues~~ ~~de Sousa~~

NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 email: lysiabucar@nailabucar.com.br
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular

RECONHEÇO por verdadeira as firmas de: WANDERSON FERREIRA SOARES, JOSE ADERSON DA ROCHA.

Teresina (PI), 06 de julho de 2009. (JMS)

EM TEST. DA VERDADE

MARIA NILSA DE BRITO PAZ - ESCRIVENTE



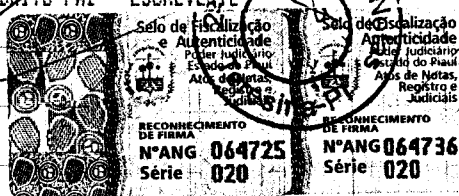
NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 email: lysiabucar@nailabucar.com.br
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular

RECONHEÇO por verdadeira as firmas de: MARIA DE FÁTIMA SOUSA, JOSE VALBERTO DE SOUZA SERENO.

Teresina (PI), 06 de julho de 2009. (JMS)

EM TEST. DA VERDADE

MARIA NILSA DE BRITO PAZ - ESCRIVENTE



NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 email: lysiabucar@nailabucar.com.br
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia confere com o original apresentado.

Teresina (PI), 14 de setembro de 2009. (KFP)

MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCRIVENTE

NAILA BUCAR
2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis
3ª Circunscrição - Teresina / Piauí
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa

Registro de Títulos e Documentos
Protocolo Livro A - 05 nº 28.280
Registro nº 26-818
Livro B - 85
Teresina, 10/07/2009

Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa
Oficial do Registro

Maria Zildete do Nascimento Carvalho
Escrivente Compromissada

NAILA BUCAR
2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis
3ª Circunscrição - Teresina / Piauí
Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa

Registro de Títulos e Documentos
Protocolo Livro A - 05 nº 28.281
Registro nº 26-819
Livro B - 85
Teresina, 10/07/2009

Bela Lysia Bucar Lopes de Sousa
Oficial do Registro

Maria Zildete do Nascimento Carvalho
Escrivente Compromissada



REQUERIMENTO

Eu, **MARIA DE FATIMA SOUSA**, portadora da cédula de identidade nº 636.164 SSP/PI, e inscrita sob o CPF: 217.749.193-20, vim respeitosamente requerer junto a cartório NAILA BULCAR, o registro da Alteração ESTATUTARIA DA ASSOCIAÇÃO DO MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA (ASMON) .

Teresina (PI), 29 de Março de 2010

Maria de Fatima Sousa
MARIA DE FATIMA SOUSA
RG: nº 636.164 SSP/PI
CPF: nº 217.749.193-20

NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 email:lysiaabucar@nailabucar.com.br
Belª Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular
RECONHEÇO por verdadeira a firma de: **MARIA DE FATIMA SOUSA.**
Teresina (PI), 29 de março de 2010. (KFP)
EM TEST. sou DA VERDADE.
Maria
MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCRIVENTE



ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO MORADA NOVA

Estatuto social da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova, adaptado ao novo código civil brasileiro, Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

O Estatuto da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova - ASMON, devidamente registrado no Cartório Naila Bucar – 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas – 3ª Circunscrição e anotado no livro A-02, sob o número de ordem 034, datado de 17.08.1992, passa a vigorar com as seguintes modificações que foram aprovadas por unanimidade em Assembléia Geral da nova diretoria que tomou posse em 30.05.2009.

Título I

DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE SOCIAL, OBJETIVOS, ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Capítulo I

DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE SOCIAL E OBJETIVOS

Art. 1º - A Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova – ASMON, com personalidade jurídica de direito privado, fundada no dia 23 de abril de 1988, com sede e endereço na Rua 15 de novembro s/n.º, bairro Lourival Parente, zona sul de Teresina, Estado do Piauí, é uma entidade civil representativa, sem fins lucrativos, apartidária, com tempo de duração indeterminado, tendo como objetivo, defender os direitos, interesses e reivindicações dos moradores do bairro Morada Nova, rege-se por este estatuto, observando a legislação em vigor.

Art. 2º - São finalidades da Associação:

I – Reinvidicar junto aos poderes constituídos, melhoria dos serviços de saúde, educação, segurança, água, luz, saneamento básico e criação de áreas de lazer.

II – Viabilizar convênios com outras instituições ou fora, buscar programas e projetos para ampliar a renda familiar dos integrantes da comunidade.

III – Defender a cidadania e os legítimos interesses dos moradores do conjunto Morada Nova, sem discriminação de raça, cor, sexo, crença religiosa, concepção filosófica, estudo, capacidade civil, opção sexual, cor, deficiência física ou credo político.

IV – Promover atividades artísticas, culturais científicas e desportivas.

V – Apoiar e incentivar a defesa da criança e do adolescente.

Art. 3º - Para desenvolver os seus trabalhos, a Associação poderá ser reconhecida entidade de utilidade pública, e assim assinar convênio e acordos com os poderes públicos, bem como receber ajudas e doação de entidades nacionais e internacionais, mantendo sua autonomia.

Capítulo II

DA ADMISSÃO E DESFILIAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - A Associação, contará com um numero ilimitado de associados, contribuinte ou não, morador ou moradora residente e domiciliada na referida localidade, podendo filiar-se somente maiores de 16 (dezesseis) anos de idade.

§ 1º - A qualidade de associado é um ato pessoal, *intuito personae*, individual e intransmissível, conforme dispõe este estatuto.

§ 2º - A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

- a) Apresentar a cédula de identidade, e no caso de menor de dezoito anos, autorização dos pais ou responsáveis;
- b) Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na Entidade e fora dela, os princípios nele definidos;
- c) Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
- d) Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Art. 5º - A desfiliação do associado da associação acontecerá da seguinte forma:

I – Em caso de morte do associado.

II – Se houver mudança do associado para uma outra comunidade.

III – Se o associado estiver envolvido em atos que denigram a imagem da associação.

IV – Se o associado desrespeitar as normas estabelecidas neste estatuto.

V – A pedido do próprio associado.

Capítulo III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 6º São direitos dos associados:

I – Participar de todas as atividades da associação.

II – Ter livre acesso a informação sobre qualquer aspecto da organização da entidade.

III – Manifestar e defender internamente suas opiniões, inclusive divergências quanto às posições da entidade e encaminhar as propostas, reclamações, recursos e críticas em relação a atos de comportamento de quaisquer órgãos ou filiados que lhe pareçam contrários a ética, a moral e ao estatuto.

IV – Receber assistência na defesa de sua cidadania e de seus legítimos interesses individuais e coletivos.

V – O(s) associado(s) que descumprir(em) os deveres previstos no estatuto; bem como desobedecer(em) as deliberações da entidade serão excluído(s), sendo-lhe(s) assegurado a ampla defesa.

Art. 7º - São deveres dos associados:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

II. Respeitar e cumprir as decisões da Assembléia Geral;

III. Zelar pelo bom nome da Associação;

IV. Defender o patrimônio e os interesses da Associação;

V. Comparecer por ocasião das eleições;

VI. Votar por ocasião das eleições;

VII. Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providencias.

Parágrafo único - É dever do associado contribuinte honrar pontualmente com as contribuições associativas .

Título – II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Capítulo - I

DOS ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 8º - As diferente instâncias de deliberação e consulta da associação se estruturam nos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria Executiva e

III – Conselho Fiscal.

Capítulo - II

Da Assembléia Geral

Art. 9º - A Assembléia Geral é a instância suprema de deliberação da associação, cujas decisões só podem ser revogadas, no todo ou em parte, por outra assembléia geral dos moradores associados ou não, convocada para este fim.

Parágrafo único: A Assembléia Geral da associação será composta por todos os moradores associados ou não a esta entidade.

Art. 10 – Compete a Assembléia Geral:

I – Deliberar sobre as diretrizes de atuação da associação em toda base territorial da comunidade;

II – Referendar ou não as atividades da associação e os trabalhos da diretoria executiva;

III – Reformar quando necessário o estatuto da associação;

IV – Apreciar e julgar as prestações de conta da diretoria executiva, observando o parecer do conselho fiscal;

V – Fixar normas e aprovar resoluções;

VI – Recusar ou acatar recursos e julgá-los.

Art. 11 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no último mês de cada semestre e extraordinariamente quando convocada pela diretoria executiva ou por um quinto dos seus associados ou não para tratar de assuntos específicos e de interesses comunitários.

Art. 12 – A Assembléia Geral será convocada por edital afixado em lugares públicos de fácil observação pelos moradores, como pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

§ 1º - A Assembléia Geral será aberta em primeira convocação no horário e local previsto pelo edital com presença de 50% + 1 (*cinquenta por cento mais um*) dos sócios ou não da associação, e em segunda convocação, quinze minutos depois, com qualquer *quórum*.

§ 2º - As decisões serão sempre tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes.

Capítulo - III

Da Diretoria Executiva

Art. 13 – A Diretoria Executiva é órgão de execução e implementação da política geral da associação, bem como de administração da referida entidade.

Art. 14 - A Diretoria Executiva compõe-se de:

a) - Presidente

b) - Vice-Presidente

- c) - Primeiro Secretário
- d) - Segundo Secretário
- e) - Primeiro Tesoureiro
- f) - Segundo Tesoureiro
- g) - Primeiro Diretor de Promoções Culturais
- h) - Segundo Diretor de Promoções Culturais
- i) - Primeiro Diretor de Imprensa e Divulgação
- j) - Segundo Diretor de Imprensa e Divulgação
- l) - Primeiro Diretor de Esporte e Lazer
- m) - Segundo Diretor de Esporte e Lazer
- n) - Primeiro Diretor de Urbanização
- o) - Segundo Diretor de Urbanização

Conselho Fiscal:

- p) - Primeiro Fiscal
- q) - Segundo Fiscal
- r) - Terceiro Fiscal
- s) - Quarto Fiscal

Parágrafo único: Se necessário a Diretoria Executiva poderá criar cargos de departamentos para assessorar a diretoria executiva da associação, como forma de dinamizar e melhorar os trabalhos da entidade.

Art. 15 - A Diretoria Executiva da associação se reunirá ordinariamente quando convocada pelo presidente ou por dois terços de seus membros através de edital, aviso verbal ou ofício circular.

Parágrafo único: As deliberações serão aprovadas em primeira convocação com presença de 50% + 1 (*cinquenta por cento mais um*) dos seus membros ou quinze minutos depois em segunda convocação com a presença de um terço dos membros e sempre pela maioria simples dos votos.

Art. 16 – Compete a Diretoria Executiva:

- I – Encaminhar as “lutas” da comunidade.
- II – Elaborar e implementar o plano de trabalho e orçamento para o exercício anual.
- III – Executar as diretrizes aprovadas e demais deliberações da Assembléia Geral.
- IV – Afastar diretores, membros da Diretoria Executiva, indicados em processo disciplinar.
- V – Convocar a Assembléia Geral.
- VI – Constituir departamento, assessoria ou comissões que se façam necessário.
- VII – Estabelecer as normas para a associação e dar parecer à admissão de novos associados.
- VIII – Deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunidade, não prevista neste estatuto.
- IX – Aprovar nomes indicados para ocupar cargos nos departamentos, assessorias ou comissões.

Art. 17 – Compete ao Presidente:

I – Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

II – Exercer com os demais membros da diretoria executiva, a direção superior de execução, implementação da política geral e administração da associação.

III – Decidir “*ad referendum*” da diretoria executiva, sobre matéria urgente de interesse dos moradores do Conjunto Morada Nova.

IV – Indicar para aprovação da diretoria executiva, nomes para ocupar cargos de diretor de departamento, membros de assessoria e comissões quando necessário.

V – Representar a associação dentro ou fora dela.

VI – Baixar portarias com força de resolução para posterior aprovação da diretoria executiva da associação.

VII – Convocar e presidir reuniões da diretoria executiva e assembléia geral.

VIII – Celebrar convênios, comodatos e acordos com instituições públicas, privadas, filantrópicas e entidades afins.

IX – Assinar cheques e documentos da área financeira com o tesoureiro e assinar correspondências e demais documentos em conjunto com o primeiro secretário.

X – Autorizar despesas e pagamentos.

Art. 18 - Compete ao Vice - Presidente:

I – Auxiliar o presidente e representá-lo em suas ausências e impedimentos.

II – Acompanhar o andamento de assessorias e comissões.

Art. 19 - Compete ao Primeiro-Secretário:

I – Fazer a verificação do *quórum* na reunião da diretoria executiva e assembléia geral.

II – Redigir, administrar e guardar os livros sociais, correspondências e demais documentos.

III – Representar a entidade nas ausências e impedimentos do presidente e do vice-presidente.

Art. 20 - Compete ao Segundo-Secretário:

I – Auxiliar o primeiro-secretário e representá-lo em sua ausência e impedimentos.

II – Substituir o primeiro-secretário nos casos de:

- a) Suspensão
- b) Expulsão
- c) Falecimento

d) Afastamento.

Art. 21 – Compete ao primeiro-tesoureiro:

I – Elaborar e coordenar o orçamento anual, plano de finanças e de projetos de captação de recursos que viabilize os objetivos da associação.

II – Cuidar dos serviços de caixa, tesouraria e contabilidade com apresentação de balancete mensal para o presidente e trimestral à diretoria executiva.

III – Abrir, manter e movimentar contas bancárias em nome da associação em conjunto com o presidente.

IV – Assinar com o presidente, cheques, recibos e documentos relativos ao recebimento e pagamento.

Art. 22 – Compete ao segundo-tesoureiro:

I – Auxiliar o primeiro-tesoureiro e representá-lo na sua ausência e impedimentos.

II - Substituir o primeiro-tesoureiro nos casos de:

- a) Suspensão
- b) Expulsão
- c) Falecimento
- d) Afastamento.

Art. 23 – Compete ao primeiro-diretor de promoções culturais:

I – Propor, planejar, organizar e executar, com a colaboração dos demais órgãos da associação, a realização de encontros, seminários, palestras e outros eventos culturais.

II – Promover estudos e debates sobre os problemas da comunidade em geral.

Art. 24 – Compete ao segundo-diretor de promoções culturais:

I – Auxiliar o primeiro-diretor de promoções culturais e representá-lo na sua ausência e impedimentos.

II – Substituí-lo nos casos de:

- a) Suspensão
- b) Expulsão
- c) Falecimento
- d) Afastamento.

Art. 25 – Compete ao primeiro-diretor de imprensa e divulgação:

I – Promover a circulação de jornais, boletins, planfetos e outras publicações em geral.

II – Planejar e executar todo e qualquer material de propaganda e divulgação com aprovação da diretoria executiva.

III – Estabelecer contatos com entidades sociais, religiosas, sindicais, políticas e culturais em busca de apoio as causas da associação.

Art. 26 – Compete ao segundo-diretor de imprensa e divulgação:

I – Auxiliar o primeiro-diretor de imprensa e divulgação e representá-lo na sua ausência e impedimentos.

II – Substituí-lo nos casos de:

- a) Suspensão
- b) Expulsão
- c) Falecimento
- d) Afastamento.

Art. 27 – Compete ao primeiro-diretor de esporte e lazer:

I – Promover competições esportivas, festas e comemorações.

II – Incorporar e direcionar, junto com a diretoria executiva, bem, como o clube da Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova, no futebol amador.

Art. 28 – Compete ao segundo-diretor de esporte e lazer:

I – Auxiliar o primeiro-diretor de esporte e lazer e representá-lo na sua ausência e impedimentos.

II – Substituí-lo nos casos de:

- e) Suspensão
- f) Expulsão
- g) Falecimento
- h) Afastamento.

Art. 29 – Compete ao primeiro-diretor de urbanização:

I – Estabelecer contato com os poderes públicos municipais, estaduais e federais, em busca de soluções para os problemas relacionados com o bem estar social da comunidade em geral.

Art. 30 – Compete ao segundo-diretor de urbanização:

I – Auxiliar o primeiro-diretor de urbanização e representá-lo na sua ausência e impedimentos.

II – Substituí-lo nos casos de:

- i) Suspensão
- j) Expulsão
- k) Falecimento
- l) Afastamento.

Capítulo - IV

Do Conselho Fiscal

Art. 31 – O Conselho Fiscal da associação é o órgão responsável pela fiscalização da aplicabilidade financeira da entidade.

Art. 32 – O Conselho Fiscal é composto de 04 (quatro) membros efetivos eleitos juntamente com a diretoria executiva da associação.

Art. 33 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Analisar permanentemente a situação financeira, contábil e patrimonial da associação, emitindo pareceres para a apreciação da diretoria executiva e da assembléia geral.

II – Ter sobre seu controle a relação nominal de bens patrimoniais da associação.

III – Reunir-se ordinariamente, nos meses de janeiro e novembro, extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

Capítulo V

DAS ELEIÇÕES

Art. 34 – As eleições para a diretoria executiva da associação, serão realizadas de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, da data do término do mandato da diretoria em exercício, com posse dos eleitos imediatamente após o resultado das eleições, a ocorrer em 30 de maio do ano do pleito eleitoral.

Parágrafo Primeiro: A eleição será direta, através do voto na urna ou aclamação, e realizar-se-á 30 (trinta) dias antes do término do mandato da diretoria em exercício, portanto a ocorrer sempre no início do mês de abril, em data a ser previamente divulgada pela comissão eleitoral.

✕ Parágrafo Segundo – Os membros da Diretoria executiva serão eleitos pelo voto direto e secreto, tendo direito a voto na urna o associado ou não-associado.

Parágrafo Terceiro – As eleições devem ser obrigatoriamente conduzidas pela comissão eleitoral, eleita em assembléia geral e composta por 03 (três) membros eleitos em assembléia geral. Dois indicados pela associação e um representante da federação a qual a entidade seja associada, que será destituída após a apuração dos votos e empossada a nova diretoria executiva.

Art. 35 – O registro de candidato será feito junto a comissão eleitoral, para tanto, cada candidato apresentará requerimento com os nomes qualificados e as respectivas chapas até 15 (quinze) dias antes das eleições.

Art. 36 – O Cadastramento de sócios poderá ocorrer até 20 (vinte) dias antes das eleições e só poderão votar e ser votado os associados, que tiverem quites ou não com suas obrigações sociais junto à associação.

Art. 37 – O encerramento da propaganda eleitoral será 24 (vinte e quatro) horas antes das eleições, havendo empate dos candidatos, a posse será do candidato com maior idade.

Art. 38 – É permitida a reeleição de 50% da diretoria, porém caso isso ocorra os candidatos afastar-se-ão de seus cargos 30 (trinta) dias antes das eleições, após prestarem contas de seu mandato e os mesmos forem aprovados em assembléia geral.

Capítulo VI

DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE

Art. 39 – O patrimônio da associação é constituído de:

I – Bens móveis e imóveis de propriedade da associação dos moradores do Conjunto Morada Nova.

II – Doações.

III – Bens incorporados de convênios.

IV – Rendas obtidas com promoção de eventos.

V – Contribuição de sócios.

Parágrafo único: Os recursos para a manutenção da associação, serão oriundos de convênios firmados com outras entidades de âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 40 – As atividades dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 41 – A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, sendo que esporádicas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade.

Art. 42 – A associação, só poderá ser extinta em assembléia geral convocada especificamente para este fim, sendo que a decisão deverá ser tomada pela maioria absoluta dos seus sócios presentes.

330

Título – III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

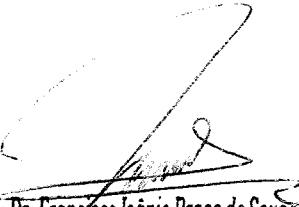
Art. 43 – Os associados à associação de moradores do Conjunto Morada Nova, não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da organização associativa.

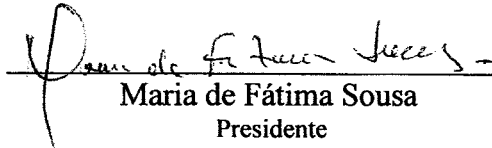
Art. 44 – A Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova – ASMON, com personalidade jurídica de direito privado, será representada judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente pelo seu presidente, inclusive representando a entidade na comercialização de imóveis e será defendida pelo assessor jurídico da Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí - FAMEP ou advogado particular legalmente constituído.

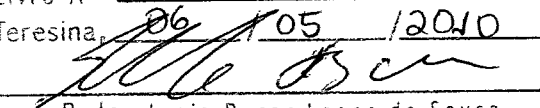
Art. 45 – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos por deliberação da diretoria executiva, assegurando-se os recursos da assembléia geral.

Art. 46 - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados; ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Teresina (PI), 16 de março de 2010.


Dr. Francisco Isânio Braga de Sousa
Advogado
OAB/PI n.º 5.812/08


Maria de Fátima Sousa
Presidente

NAILA BUCAR	
2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis 3ª Circunscrição - Teresina / Piauí Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa	
Registro de Pessoa Jurídica	
Protocolo	A-05 nº 28.758
Registro nº	1.278
Livro A -	14
Teresina,	06 / 05 / 2010
 Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa Oficial do Registro	

Ronaldo Bucar Lopes de Sousa
Substituto

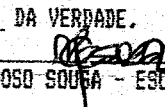
NAILA BUCAR 2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas
Rua David Caldas, 167/N Teresina-PI - fone: (86) 3221-7090 - email: lysiabucar@nailabucar.com.br
Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa - Titular

RECONHEÇO por verdadeira a firma de: MARIA DE FATIMA SOUSA.

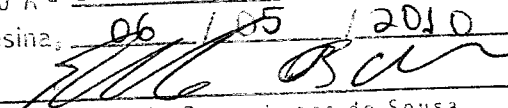
=====

Teresina (PI), 29 de março de 2010. (KFP)

EM TEST. see DA VERDADE.


MARIA ELVIRA CARDOSO SOUSA - ESCRIVENTE



NAILA BUCAR	
2º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis 3ª Circunscrição - Teresina / Piauí Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa	
Registro de Pessoa Jurídica	
Protocolo	A-05 nº 28.759
Registro nº	AV-01-034
Livro A -	02
Teresina,	06 / 05 / 2010
 Bela. Lysia Bucar Lopes de Sousa Oficial do Registro	

Ronaldo Bucar Lopes de Sousa
Substituto



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 12 / 08 / 10

Conceição de Maria Luísa Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antonio Felix

para relatar.

Em 17 / 08 / 10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 044/2010

PROCESSO AL 1218 / 2010

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL LILIAN MARTINS

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

em, 16 / 11 / 10

Presidente da Comissão de

Justiça

I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Relatoria nos termos formais do Regimento Interno, para o fim de emitir parecer conforme o mesmo diploma legal já elencado, a proposição em epígrafe que *Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova-ASMON, com sede e foro na cidade de Teresina-PI, dá outras providências.*

A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça, para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

II – PARECER

O objetivo do projeto em pauta, de autoria da Deputada Lilian Martins, visa reconhecer como de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Morada Nova, com sede e foro no município de Teresina.

A documentação exigida pela Lei 5.447/05, foi devidamente juntada, bem como a matéria é constitucional, legal e obediente à boa técnica legislativa.

III – VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei, **objeto do PL nº 044, de 10 de Agosto de 2010 (Processo AL-1218 / 2010)**, de autoria do Deputada Estadual Lilian Martins.

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

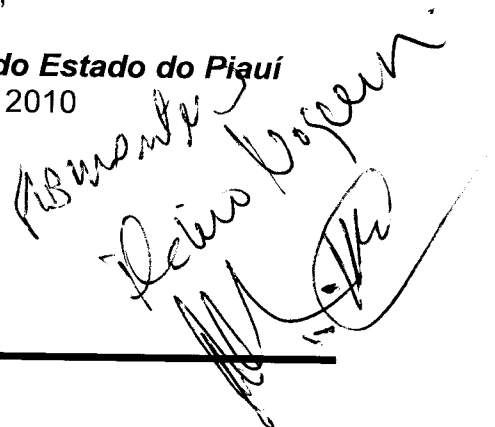
() Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

Sala das Comissões Técnicas - Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina (PI), ____ de ____ de 2010


DEPUTADO ANTONIO FÉLIX
RELATOR


Roberto Pimenta